

Vidas entre a ficção e a realidade: o filme *Der Führer schenkt den Juden eine Stadt* (1944) como objeto de reflexão sobre o cinema nazista

Lives between fiction and reality: The movie Der Führer schenkt den Juden eine Stadt (1944) as object of reflection about Nazi cinema

REINALDO G. BECHLER

Universidade Federal de Minas Gerais | FAE/UFMG

RESUMO O extermínio de mais de seis milhões de judeus e de vários outros páreas sociais nos “campos de trabalho”¹ construídos pelo regime nacional-socialista alemão durante a Segunda Guerra Mundial foi, sem dúvida, um dos acontecimentos históricos que marcaram o século XX e, não por acaso, tornou-se tema bastante explorado histórica e historiograficamente a partir de então. A chamada “Solução Final” foi implementada graças a um auspicioso projeto logístico desenvolvido desde meados da década de 1930 que, baseado em argumentos raciais e eugênicos bastante em voga no período, “recrutou”, localizou, transportou e eliminou esse contingente tão grande de pessoas (sobretudo nos últimos anos do conflito) sem despertar grande alarde na opinião pública mundial. O presente trabalho discutirá algumas questões relativas à História da Ciência em um filme propagandístico que contribuiu para a formação desse processo de letargia social sobre a realidade vivida em instituições como Auschwitz, Dachau e tantas outras.

Palavras-chave cinema nazista – campo de concentração – Segunda Guerra Mundial

ABSTRACT *The extermination of over six million Jews in the German “work camps” during the Second World War was, undoubtedly, one of the historical events that marked the 20th century. Not incidentally, became a common theme explored historical and from then on. The “Final Solution” was implemented thanks to an auspicious logistical project developed since the mid-1930 that based in eugenics and racial arguments “recruited”, located, transported and eliminated so many people – especially in the last years of the conflict – wake up without great splurge in world public opinion. This work will discuss some questions concerning the History of Science in a propagandistic film that contributed to the formation of this process of social lethargy about the reality in these institutions.*

Key words *nazi-cinema – concentrations camps – Second World War*

No filme *Hitler constrói uma cidade aos judeus*, filmado em 1944, a realidade dos campos de trabalho é, quando não deliberadamente mascarada, pelo menos pintada em cores bem menos grotescas, conforme veremos a seguir. Seu objetivo era relativamente claro: acalmar a opinião pública mundial sobre o que vinha acontecendo nessas instituições nazistas, uma vez que crescia o incômodo social causado pela falta de comunicação entre os internos dessas instituições e seus familiares. Se por um lado esses internos são apresentados no filme em sua rotina cotidiana de trabalho,

eles também são vistos em animadas partidas de futebol, confortavelmente acomodados para um concerto, ou ainda compenetrados na leitura de obras clássicas da literatura alemã na volumosa biblioteca da instituição.

Desta feita, para além de uma discussão sobre as atrocidades cometidas nesses campos – um tema já bastante visitado, sob os mais diversos aspectos, como o cinema e a literatura –, convido o leitor a adentrar no ambiente singularmente construído por esse filme, cujo enredo mistura de maneira peculiar realidade e ficção, tragédia e poesia; cujos atores são na verdade internos – quase prisioneiros – de uma instituição nazista que deveria “vender” uma imagem positiva de suas atividades e que, por isso mesmo, ainda esconde instigantes questionamentos históricos. Com esse intuito, proponho uma reflexão sobre dois questionamentos que nortearão as discussões aqui apresentadas: 1) como se enquadra o filme aqui apresentado no contexto de produção cinematográfica nazista? e 2) em que se baseou – ideológica e praticamente – a falácia apresentada no filme?

Contexto de produção

Em uma perspectiva mais ampla, o cinema foi um importante instrumento propagandístico utilizado com eficiência pelo regime nacional-socialista desde que chegou ao poder, no início da década de 1930. Marc Ferro, por exemplo, faz importantes assertivas a esse respeito:

O cinema não foi apenas um instrumento de propaganda para os nazistas. Ele também foi, por vezes, um meio de informação, dotando os nazistas de uma cultura paralela. [...] Os nazistas foram os únicos dirigentes do século XX cujo imaginário mergulhava, essencialmente, no mundo da imagem.²

36

A relação entre o Estado alemão e a sétima arte, entretanto, não nasceu com o nazismo. Ainda em 1917, no meio da Primeira Guerra Mundial, surgia a *Universum Film Aktiengesellschaft*, também conhecida como UFA, com o objetivo de tentar reequilibrar a guerra de informação/propaganda travada contra a Tríplice Aliança. Mesmo com a derrota alemã no conflito, e as consequentes dificuldades financeiras e sociais que a ela se sucederam, o governo de Weimar (1918-1933) continuou mantendo a empresa e um terço de suas ações. Apenas em 1927 ela seria adquirida pelo magnata Alfred Hugenberg, que desde a segunda metade dessa década já financiava a ação de diversos grupos nacionalistas por todo o país. Um dos apoiados por Hugenberg foi o ainda jovem Adolf Hitler, que passou a figurar cada vez mais nos chamados Cinejornais da companhia, contribuindo para o aumento de sua popularidade e para o desempenho eleitoral do partido nazista.⁴ Em 1933 Hitler chega ao poder, nomeando Hugenberg ministro da Economia. Novamente estatizada, a UFA passava a partir de então para as mãos de Joseph Goebbels, assessor de primeira hora de Hitler, e importante figura na formação ideológica do partido.

Em março de 1933 era criado o Ministério do Reich para Esclarecimento Popular e Propaganda (*Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda*), sob a égide de Goebbels. As pretensões de seu ministério eram bastante ambiciosas. Em linhas gerais, tencionava-se uma suposta “depuração” da arte germânica, e uma consequente destruição das instituições culturais – e consequentemente das ideologias a elas vinculadas – da República de Weimar. Segundo análise de Siegfried Krakauer, por exemplo, a intenção de Goebbels era, por intermédio da comunicação de massa, reformular e ressignificar a ideia da “singularidade” do povo germânico, utilizada com louvável êxito quando da formação do Estado alemão no final do século XIX, mas profundamente abalada com o final da Primeira Grande Guerra.⁵ Ao passar em revista à produção cinematográfica do país nos doze anos de regime nazista, o sociólogo Gerd Allbrecht contabiliza 1.350 longas-metragens que, no geral, procuram enaltecer de forma mais ou menos direta o caráter messiânico do nacional-socialismo e a irrevogabilidade de seus objetivos.⁶ Essa volúpia cinematográfica alemã no período transformou o país no segundo maior produtor mundial dessa arte, atrás apenas dos Estados Unidos.

As características técnicas desses filmes variaram sobremaneira, assim como os recursos financeiros empregados neles. Observou-se, especialmente nos primeiros anos de regime, o desenvolvimento de produções grandiosas, como

os clássicos *A vitória da fé* (*Der Sieg des Glaubens*), de 1933, e *O triunfo da vontade* (*Triumph des Willens*), filmado durante o encontro anual do partido nazista de 1934 na cidade de Nuremberg. A figura de Adolf Hitler nessas obras é representada de maneira direta o que, em um segundo momento, deixa de ser observado. Além disso, digna de nota torna-se a qualidade técnica das gravações para o período, fruto de investimentos singularmente altos por parte do governo. A assinatura artística desse período do cinema alemão é de Leni Riefenstahl, atriz, escritora e intelectual berlinense, que ajudou a construir, por intermédio do cinema, uma imagem mítica do nacional-socialismo.

Após *O triunfo da vontade*, não mais foram observadas obras de tamanho dispêndio técnico/financeiro, e que glorificassem tanto a figura de Adolf Hitler de maneira excessivamente direta. Contudo, mesmo sem apresentá-lo visualmente, produziu-se uma série de biografias de alemães notáveis, com a nítida intenção, por parte de seus respectivos diretores, de criar um paralelo com o *Führer*. Nesse panteão couberam líderes políticos (o rei Frederico, em *Der Grobe König*, 1942; *Bismark*, 1940), poetas (Friederich Schiller – *Der Triumph eines Genies*, 1940), compositores (*Friedmann Bach*, 1941), escultores (*Andreas Schüller*, 1942), médicos e cientistas (*Robert Koch der Bekämpfer des Todes*, 1939; *Diesel*, 1942; *Paracelsus*, 1943) etc.

A ideia de política como espetáculo surgiu novamente com *Olympia*, 1938, também de Leni Riefenstahl. Muito mais do que reportar os Jogos Olímpicos de Berlim de 1936, a película pode ser compreendida como um hino de louvor à Alemanha de Hitler e aos ideais de beleza, perfeição física e pureza racial, tão caros à ideologia nazista.

Outra obra clássica do período, que levou ao extremo a temática da exaltação da raça ariana, foi *Ich klage an!* (*Eu acuso!*), filmado em 1941. A ideia de seu diretor, Wolfgang Liebeneiner, era testar a opinião pública do país com relação à lei que iria legalizar a eutanásia, por meio de um drama que explorava nobres sentimentos para justificar a futura eliminação de milhões de seres humanos em nome da pureza da raça ariana. O enredo narra o desespero de um médico com a doença incurável de sua esposa e sua decisão de matá-la, sob alegação de evitar o prolongamento do sofrimento de sua amada. No julgamento a que foi mandado para justificar o ato, discutem-se interessantes argumentos morais da eutanásia, o que vinha bastante a calhar às pretensões do regime naquele momento.

Desde *O triunfo da vontade*, notória se tornou uma relativa diminuição dos investimentos em qualidade técnica dos filmes, justificada pelo estado de guerra vivido pelo país a partir de 1939, o que, indubitavelmente, refletiria nos gastos estatais em diversas áreas. As produções da década de 1940 possuem, enfim, uma característica bastante diversa das da década anterior nesse aspecto técnico. O filme analisado por este trabalho, *Hitler constrói uma cidade aos judeus*, filmado no penúltimo ano do conflito mundial, refletiria claramente a problemática acima exposta. Seus diretores – Kurt Guerron e Karel Pecný – tiveram à disposição uma única câmera e um parco equipamento de iluminação, que no meio da gravação acabou não funcionando corretamente, sendo os diretores obrigados a improvisar lâmpadas para garantir as filmagens internas da película.⁸

Preocupado com a falta de informações sobre cerca de 450 judeus dinamarqueses deportados para *Theresienstadt* (o campo onde o filme foi filmado), o governo desse país solicita formalmente, em meados de 1943, esclarecimentos ao governo alemão sobre a realidade experimentada nessas instituições. Dado o silêncio das autoridades nazistas, o governo dinamarquês recorre à Cruz Vermelha Internacional, obtendo imediata simpatia sobre seu pleito. Dessa vez em conjunto, reiteram a cobrança em novembro do mesmo ano, inferindo a necessidade do envio de uma comissão formada por membros da Cruz Vermelha para averiguar e fiscalizar o funcionamento desses campos. Finalmente, ainda em dezembro de 1943, Adolf Eichmann, figura proeminente na organização administrativa dessas instituições, concede permissão para a referida visita, exatamente em *Theresienstadt*, que se daria em junho do ano seguinte.⁹

Iniciava-se uma grande transformação na fortaleza de *Theresienstadt*, utilizada como presídio desde o final do século XVIII e transformada pela Gestapo em 1940 em campo de trabalho, localizado na cidade que hoje recebe apenas o nome de Terezín, situada atualmente no noroeste da República Tcheca. Nesses pouco mais de seis meses que antecederam a visita internacional, mais da metade dos à época 14 mil internos foram transferidos para *Auschwitz*, na Polônia ocupada, uma vez que *Theresienstadt* deveria permanecer com o contingente de 7 mil internos, originalmente previsto.

De fato, os internos desse campo eram “especiais” para os nazistas. Em sua esmagadora maioria, seu contingente de internos/trabalhadores era composto por judeus alemães que lutaram pelo país na Primeira Grande Guerra, além de uma refinada gama de intelectuais, artistas¹⁰ e integrantes da alta sociedade. Além disso, a instituição também funcionava como ponto de intercessão do meticuloso sistema de transporte desenvolvido pelas autoridades nazistas, fazendo muitas vezes com que muitos judeus permanecessem na instituição por alguns dias, enquanto aguardavam a deportação para outros campos, especialmente *Auschwitz*. Ao todo, de 1940 a 1945, foi registrada a entrada de 141.184 prisioneiros/trabalhadores.

A argumentação do historiador Rudolf Wlaschek, por exemplo, deixa claro que Theresienstadt era uma instituição peculiar no contexto nazista. A singularidade de seus internos, sobretudo a quantidade de artistas e intelectuais exilados em seus muros, proporcionou ao campo uma atmosfera única.¹¹ O autor analisa o cotidiano da instituição e o compara com as demais instituições nazistas no mesmo período e conclui que Theresienstadt pode ser considerada como uma

*(...) pérola bruta, que ainda precisa ser lapidada por historiadores. Sua história mostra como é tênue o limite entre verdade e mentira, especialmente no contexto do nacional socialismo*¹².

A referida visita da comissão da Cruz Vermelha a *Theresienstadt* deu-se no final de junho de 1944. Além das já abordadas deportações de cerca de 7.500 internos para *Auschwitz*, outras transformações foram empreendidas pelas autoridades nazistas: lojas e cafés foram construídos às pressas, por exemplo; as oficinas e demais locais nos quais os internos trabalhavam ganharam novos equipamentos; os judeus dinamarqueses, objeto inicial da preocupação da comitiva, foram visitados em habitações recém-remodeladas e pintadas, nas quais não permaneciam mais do que três em um quarto. Na bibliografia consultada, porém, não existe menção ao número de internos dinamarqueses encontrados na instituição.

38

Quando da inspeção, acompanhada pessoalmente por Eichmann, os membros da comitiva acabaram fazendo um relatório elogioso às condições do campo, especialmente quanto ao esforço por oferecer condições de socialização aos internos, sendo objeto de júbilo entre as autoridades nazistas.

Pouco mais de um mês após o ocorrido, chega uma ordem expressa a Karl Rahm, comandante do campo, dando parte da necessidade da realização de um filme sobre a instituição, no qual “*seus aspectos humanitários deveriam ser explicitados*”.¹³ Menos de uma semana depois do comunicado, chegavam ao campo os equipamentos anteriormente mencionados para a realização das filmagens. Kurt Guerron e Karel Peceny, os diretores das filmagens, eram também internos do campo e foram escolhidos para a função por conta da relativa experiência que gozavam no meio artístico da época.

O título do filme, seguindo orientações diretas das autoridades nazistas, deveria ser *Theresienstadt: ein Dokumentarfilm aus den jüdischen Siedlungsgebiet* (Theresienstadt: um documentário de uma região judia urbanizada). Entretanto, aceitando a sugestão dos próprios diretores, o filme ganhou o nome que conhecemos. As gravações foram acompanhadas de perto por cerca de vinte soldados SS, que tinham a incumbência de fiscalizar o cumprimento do roteiro previamente estabelecido pelo Ministério de Propaganda do regime.

A película não contém diálogos, apenas uma narração em alemão das cenas que, em linhas gerais, relatam o cotidiano da instituição. As atividades laborais dos internos ganharam bastante enfoque no filme. Os trabalhos nas oficinas de marcenaria, de mecânica, ou nas atividades agrícolas, por exemplo, são apresentados logo no início da película. Internos/atores em alguns momentos até sorridentes ganham vida em uma trama singular, em que verdade e mentira são separadas por linhas bastante tênues, manejadas por interesses de um regime político ímpar na história humana.

Mas a grande intenção do filme, apresentar uma imagem positiva dos campos de trabalho nazistas, ainda ganharia novos elementos. Mostrar os internos em uma rotina de trabalho relativamente comum às demais sociedades da época era um começo, mas não explicitava nenhuma novidade que justificasse a realização de um empreendimento desses.

A grande ênfase da narrativa de *Hitler constrói uma cidade aos judeus* é sobre as atividades socializantes oferecidas pela instituição aos seus internos. Findado o dia de trabalho, que segundo a narrativa tinha a duração de oito horas de segunda a sábado, o filme mostra os trabalhadores seguindo para um pequeno estádio de futebol da instituição, onde uma animada partida entre os internos recebe atenção singular da narrativa. Nos quase cinco minutos em que se fixa sobre o acontecimento, observa-se o interesse dos demais espectadores, e a forte intenção de se mostrar um ambiente de coesão e harmonia entre os internos.

Findada a partida, digna de ressalva se torna a cena seguinte, do banho dos exilados. Sabe-se que era acreditando entrar em uma espécie de grande vestiário comunitário que os judeus eram mortos nas chamadas *câmaras de gás* construídas em vários outros campos. Em *Hitler constrói uma cidade aos judeus* o banho – e até mesmo a nudez – dos internos é apresentado com marcante naturalidade, e como uma atividade de grande relevância no cotidiano dos internos, já que, segundo a narração do filme, “a limpeza e o asseio corporal são prioridades em *Theresienstadt*”.

Outras atividades esportivas, como tênis e basquete, são também apresentadas como comuns no cotidiano dos internos, além de alegres tardes veraneias de banho no lago da instituição. Atividades intelectuais também faziam parte desse cotidiano. A biblioteca do campo assume relevância central na narrativa, como um local onde, além de gozarem de um ambiente propício ao seu entretenimento cultural, os internos também tinham oportunidade de conversar no café, anexo à biblioteca, ou ainda de assistir a concertos ou peças de teatro em um ambiente reservado a essas finalidades no local. Palestras sobre literatura, arte contemporânea e ciências também são apresentadas no filme, contando com a participação intensa dos internos. Os alojamentos também recebem atenção especial, sendo apresentados em irrefutável limpeza e organização.

Interessante se torna ressaltar que os internos travestidos de atores que vemos no filme viviam – mesmo que de maneira peculiar e relativa – aquela realidade. Ainda que consideráveis transformações tivessem sido feitas no campo, como ressaltado anteriormente, essas atividades socializantes de fato existiram desde o início das atividades do campo sob égide nazista, em 1940. Apenas o café e os alojamentos foram “remodelados” para a visita da comissão da Cruz Vermelha e, posteriormente, para as filmagens de *Hitler constrói uma cidade aos judeus*. Axel Feuß comenta em sua obra que as abordadas atividades intelectuais, por exemplo, também existiram desde o princípio, tornando o campo de *Theresienstadt* ainda mais singular no contexto institucional nazista.¹⁴ Observa-se, além disso, a clara intenção dos diretores em ritmar as cenas do filme, que transcorrem com marcante parcimônia e tranquilidade. As fisionomias abordadas também corroboram com essa interpretação, até mesmo nas cenas em que a rotina de trabalho dos internos é apresentada, mostrando pessoas felizes e saudáveis experimentando uma realidade totalmente comum a qualquer outra sociedade civilizada daquele período.

A narrativa se encerra com uma mensagem bem clara, dirigida à comunidade internacional, afirmando, de acordo com as palavras do narrador: “Os campos de trabalho do governo nacional-socialista alemão estão em conformidade com todos os padrões internacionais, e podem ser considerados num contexto institucional amplamente reconhecido nos dias atuais”. Significa dizer que, apropriando-se de um modelo de instituição difundido no mundo todo naquele período, o governo nacional-socialista apresentou uma instituição que se enquadrava nesse espectro – e que de fato existiu – no intuito de manter em segredo por mais algum tempo o extermínio de milhões de seres humanos, que acontecia nas outras dezenas de campos de trabalho (que depois da guerra ganharam o nome campos de concentração) não muito distantes de *Theresienstadt*. Discutiremos a seguir de que se tratava esse “contexto institucional amplamente reconhecido”; como ele se desenvolveu ao longo das primeiras décadas do século XX e, por fim, quais suas possíveis implicações para o estudo da História das Ciências atualmente.

Encerrando a apresentação do filme propriamente dita, resta-me acrescentar apenas que a intenção do governo nacional-socialista era a de distribuir *Der Führer schenkt den Juden eine Stadt* em vários países estrangeiros, contando com a ajuda de organizações internacionais como a própria Cruz Vermelha. Ele deveria ser exibido nas salas de cinema como uma espécie de *trailer*, antes da exibição do filme “principal”, o que explica sua duração relativamente curta, de pouco mais de 19 minutos. O historiador bávaro Axel Feuß, que publicou recente análise sobre o filme na Alemanha,

afirma não ser uma tarefa das mais fáceis diagnosticar historicamente a recepção da película nessa comunidade internacional, especialmente pelo fato de que ela chegou aos cinemas já no princípio de 1945, ano em que o conflito se findou e, conseqüentemente, a realidade dos outros campos de trabalho nazistas foi reconhecida, chocando a todos.

Esta é, para o autor, apenas mais uma das muitas perguntas instigadas por *Der Führer schenkt den jüden eine Stadt*, que ainda carecem de maior atenção histórica. A quantidade e a qualidade das produções – especialmente cinematográficas – sobre o assunto, a partir de então, acabaram, segundo ele, saciando a sede de informações e detalhes sobre o ocorrido nos campos nazistas por parte do público em geral. O trabalho do historiador, contudo, precisa ser pautado em métodos e técnicas rigorosos, além de lançar mão de fontes primárias e secundárias sobre o objeto que estuda. A singularidade das informações apresentadas pela película, para Feuß, torna sua análise uma atividade fundamental para qualquer pesquisador que objetive compreender o processo de formação e consolidação dos campos nazistas, ou até mesmo do regime nazista.¹⁵

Eugenia institucionalizada

A ideia de que uma determinada raça humana é – ou deveria ser – superior a outra é encontrada bem antes de sua trágica interpretação nazista. Como nos conta John Cornwell, ainda no início do século XVI observou-se uma feroz discussão entre filósofos e teólogos espanhóis (que ao fim e ao cabo se arrastou até o século XIX) no intuito de definir de uma vez por todas o “status” dos ameríndios, tendo como pano de fundo a ocupação do país no Novo Mundo e as disputas sobre a legitimidade da escravização desses povos indígenas. Afinal, esses seres eram humanos ou não? De um lado estavam os que acreditavam na ideia de “homens naturais”, baseada em Aristóteles, para explicar a existência de selvagens, que seriam “escravos por natureza”, que não possuíam uma condição humana plena. Veementemente contrários a essa visão, teólogos insistiam na crença judaico-cristã da unidade da raça humana e da sua descendência de Adão e Eva.¹⁶

40

No século XIX essas discussões ganhavam fôlego na Europa graças a um contexto sociopolítico propício, e graças também ao apreço cada vez maior dado à Ciência. Nesse período, inquebrantáveis avanços na Física, Biologia, Medicina etc. legaram à Ciência um *status* de explicação universal emergente, além de singulares responsabilidades sociais, como estabelecer, de maneira clara e inquestionável, distinções entre populações humanas.

Para elencar alguns dos pensamentos clássicos nesse sentido, conclamo, por exemplo, a teoria do italiano *Cesare Lombroso*, observada nas primeiras décadas do mil e oitocentos, segundo a qual seria possível identificar criminosos pela forma de suas cabeças. Surgia o que o historiador Robert Proctor chama de “Racismo Científico”, isto é: “um programa explicativo, destinado a reforçar determinadas relações de poder como naturais e inevitáveis”.¹⁷

Mas, sem dúvidas, seria com *Charles Darwin* que tais ideias ganhavam contornos mais bem estabelecidos. Sua obra clássica, *A origem das espécies*, publicada pela primeira vez em 1859, minaria profundamente a base bíblica para a compreensão dos grupos humanos ao afirmar, categoricamente, que os seres humanos não haviam evoluído de Adão e Eva, e sim por um processo de adaptação ao que chamou de *habitats* locais. Em outras palavras, o britânico oferecia a oportunidade de compreender a raça humana por intermédio de fatores biológicos (abrindo perigosos precedentes para apropriações políticas dessas ideias), que invocassem sua ideia de seleção natural e a sobrevivência do mais capaz como base do comportamento humano e das características raciais.

Não demorou muito e tais ideias foram transpostas para as sociedades, ou seja, compreendendo determinados grupos sociais como mais evoluídos e, logo, mais capazes de sobreviver no mundo competitivo. Nos Estados Unidos, por exemplo, como afirma Cornwell, “alguns dos primeiros darwinianos apelaram para a teoria em apoio à superioridade racial na forma do capitalismo competitivo”.¹⁸ Na Alemanha, contudo, essa teoria ganharia contornos singulares, tornando plausível uma intervenção social que controlasse a seleção, a fim de evitar a degeneração da raça ariana.

Em *Origens do totalitarismo*, Hannah Arendt já chamara a atenção para algumas peculiaridades sociais e psicossociais na formação da Alemanha enquanto nação, no final do século XIX. Por exemplo, a utilização de um discurso belicista e de uma retórica que apresentava o germânico como um povo que, em função de fatores como a constituição geográfica de seu território, sua língua e sua cultura, se “misturou” em proporção notadamente menor do que outros países europeus.¹⁹ Ora, uma vez pouco miscigenado e “naturalmente” preparado para o conflito, o germânico teria tudo para, baseado nessas apropriações anteriormente mencionadas das ideologias de Darwin, se sobressair enquanto uma raça superior no conturbado contexto político da Europa naquele período.

Essa “excitação” contribuiu para a formação territorial da Alemanha, impulsionando atitudes imperialistas, e, ainda segundo Arendt, chegou ao ápice com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, um conflito que, para muitos alemães da época, não duraria mais do que algumas semanas. O estrago psicológico causado pela derrota alemã no conflito e o conseqüente estremecimento da ideia “especial” da raça germânica teriam sido maiores do que o das bombas que devastaram o país entre 1914 e 1918, e abriram precedentes para o surgimento de uma ideologia totalitária e extremista como a de Adolf Hitler e seus correligionários. O nacional-socialismo representava, em última instância, o resgate desse orgulho ferido com o fim da Primeira Guerra Mundial por bombas e tratados políticos que ceifaram vidas, territórios e especialmente a moral de um povo que se acreditava milenar e especial.

Tal resgate da raça ariana passava pela expulsão de todos os grupos étnicos e sociais que não se enquadravam nos padrões arianos de civilidade. Assim, deficientes mentais, ciganos, mendigos, judeus, doentes terminais e vários outros páreas sociais passaram a ser objeto da atuação do governo, em um processo que, em função de sua grandiosidade e singularidade, não se desenvolveu rapidamente. O extermínio dessas pessoas, na maioria judeus, tomou proporções até então inimagináveis no final da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, torna-se relevante o questionamento acerca da história – ainda pulsante nos dias atuais – do desenvolvimento do aparato institucional nazista, a partir da década de 1930. É equivocado pensar que os campos de concentração eram todos iguais a *Auschwitz* – seu estereótipo pós-guerra –, assim como também é equivocado pensar que todos eles exterminavam essas pessoas já desde os primeiros momentos da Segunda Guerra.

Em termos práticos, é possível afirmar que tudo isso teve início ainda na primeira metade dos anos 1930, em uma rua de Berlim chamada Tiergartenstraße, número 4. Nesse endereço funcionava uma repartição do governo chamada *Gemeinnützige Stiftung für Heil und Anstaltspflege* (Órgão Público para Saúde e Bem-Estar Social), onde deveria ser desenvolvido um audacioso projeto eugênico que, baseado no nome da rua berlinense, foi batizado de Programa T4. A intenção era inicialmente esterilizar o maior contingente possível de pessoas consideradas inaptas ou incapazes de se desenvolverem na “nova” sociedade nazista, como doentes mentais, mendigos e presidiários. A retórica que justificava tais atitudes era relativamente simples: graças às precárias condições econômicas e sociais experimentadas pelo país no contexto do pós-guerra, exacerbada pela crise mundial do final da década de 1920, não seria mais concebível que o Estado permitisse que cidadãos saudáveis e aptos fossem preteridos ou tivessem menos assistência do que pessoas – claramente inferiores do ponto de vista racial – que viviam às custas desse Estado em manicômios, prisões etc.

Desde que chegou ao poder, em janeiro de 1933, o regime nacional-socialista de Adolf Hitler passou a levar a sério como nenhum outro as apropriações obscuras do darwinismo social. No dia 14 de julho do mesmo ano foi promulgada a *Gesetz zur Verhütung erbkranken Nachwuchses*, que pode ser traduzida para o português como Lei de Prevenção contra Descendentes de Doenças Hereditárias. Era a primeira ação prática do nacional-socialismo no sentido de institucionalizar políticas racistas e segregacionistas na Alemanha. Em linhas gerais, essa lei dava sustentação legal para a esterilização em massa de seres julgados como indignos de se reproduzir. Nesse espectro estavam especialmente, doentes mentais, criminosos e mendigos. Os critérios científicos utilizados para a escolha desse público eram bastante contestáveis, inclusive do ponto de vista jurídico.²⁰ É consenso entre a historiografia que lida com o assunto de que a lei tencionava aumentar gradativamente o universo de seres humanos a serem, inicialmente, esterilizados compulsoriamente. Isso não ocorreu tão somente em função do número de enfermidades previstas na lei, mas também devido aos critérios de diagnóstico utilizados pelos médicos. Com isso, pautando-se tão somente em testes de inteligência – nem sempre su-



Imagem 1 (KLEE, Ernest – 1)

responsáveis pelo Programa T4 ultrapassavam outra barreira ética e ideológica, iniciando a eliminação de doentes mentais em manicômios da região central da Alemanha. Os primeiros assassinatos foram cometidos com revólveres, diretamente por soldados. Logo, porém, identificou-se a necessidade de tornar esse ato mais impessoal – em função dos transtornos observados nesses soldados com a ação – e mais eficiente. Assim surgiram os testes para a primeira câmara de gás nazista. A técnica utilizada foi relativamente rudimentar: em um ônibus totalmente vedado foram amarrados dezoito doentes mentais; um segundo ônibus foi colocado em uma posição oposta ao primeiro de modo que seu escapamento fosse liberado totalmente dentro do ônibus em que se encontravam os loucos, com a intenção de asfixiá-los por meio da liberação de monóxido de carbono.²²

Esse primeiro teste acabou sendo até certo ponto malsucedido. Depois de mais de cinco horas os doentes mentais ainda estavam vivos, e seu sofrimento foi tamanho que os responsáveis tiveram que interromper a experiência, assassinando-os com revólveres. Tornava-se clara a necessidade do desenvolvimento de outra arma química que fosse capaz de eliminar essas pessoas de maneira mais rápida e mais impessoal, o que só foi observado a partir do início da década de 1940, com o *Zyklon B*.²³

De todas as formas, as atividades do Programa T4 foram acompanhadas com relativa parcimônia por parte da sociedade alemã e europeia no período. Segundo dados oficiais apresentados por Harry Seipolt, o Programa entrou em funcionamento apenas em 1939 e durou até 1941, quando foi oficialmente interrompido graças a pressões espe-

ficientemente claros –, médicos, atuando pelo Estado, passaram a intervir no direito de procriação de seres humanos.

Ainda em 1933, primeiro ano do regime nazista no poder, era fundado o Escritório de Políticas Raciais do partido, cuja publicação mensal chamada “*Neues Volk*” (Novo Povo) trazia mensagens claras como esta:²¹ 60.000 Marcos. É o que essa pessoa portadora de defeitos hereditários custa ao povo durante sua vida. Companheiro: isto também é dinheiro seu. Leia *Neues Volk*!

O Programa T4, assim, foi uma espécie de embrião ideológico e prático para as atividades de extermínio em massa realizadas no final da Segunda Guerra. Ainda na primeira metade da década de 1930 foram implementadas as primeiras esterilizações em grande escala, em doentes mentais de todo o país. E, com o ambiente social e político propício, foram se desenvolvendo gradativamente as atividades do programa. O segundo passo se deu com a esterilização de outros elementos “perigosos” à sociedade ariana, como prisioneiros, mendigos etc.

Como ressalta Gerhardt Schmidt em obra recentemente publicada na Alemanha, apenas a partir de 1938 os

cialmente por parte da Igreja católica.²⁴ O número de doentes mentais e criminosos mortos, contabilizado por essa estatística oficial, é de pouco mais de 70 mil. Entretanto, estudos posteriores estimam que esse número possa ser pelo menos duas vezes maior, especialmente levando-se em conta que as atividades do programa foram observadas, na prática, de 1938 a 1945.²⁵

Nos manicômios alemães, assim, foram testadas as técnicas de morte em massa utilizadas posteriormente nos campos de trabalho, o que nos faz concordar com uma corrente historiográfica atual, encabeçada pelo historiador norte-americano Paul Wendling, que interpreta a “Solução Final” como fruto da “evolução” de práticas eliminacionistas observadas nas instituições alemãs já a partir da segunda metade da década de 1930.²⁶ Ainda segundo tal assertiva, os chamados “campos de trabalho” não foram planejados com a intenção premeditada de exterminar seus internos.

Emblemático nesse sentido, o campo de Dachau, situado nas cercanias de Munique, foi o primeiro campo de trabalho inaugurado pelo regime nacional-socialista ainda em março de 1933. Ele seguia o modelo de instituição de trabalho forçado, onde os internos permaneciam em alojamentos coletivos e trabalhavam em fábricas de grandes empresas nacionais, como IG Farbe e Siemens. A maioria de seus internos nessa fase inicial não era composta por judeus. Apenas a partir de 1942 foram observadas as primeiras práticas de morte em massa no local e a sua transformação em um campo de extermínio.²⁷

O modelo institucional de campos de trabalho não era novidade no cenário europeu do período. Sua utilização foi observada em proporções consideráveis a partir da segunda metade do século XIX, especialmente em países do leste europeu, ainda que seja difícil traçar um padrão entre eles. Em linhas gerais, tais instituições foram pensadas para aglomerar um grande contingente de trabalhadores em regime de internato, aumentando assim sua produtividade, e previam o regresso regular de seus internos ao lar. Há que se ressaltar, entretanto, que a rotina dessas pessoas no local era exclusivamente voltada para o trabalho, que chegava a quatorze horas diárias.²⁸

Desta feita, a já mencionada intenção do filme *Der Führer schenkt den Juden eine Stadt*, aqui analisado, de pintar em cores bem menos dramáticas a realidade dessas instituições não era completamente despropositada. Os elementos socializantes mostrados na película não eram praxe em campos de trabalho convencionais daquele período. Seu emprego, porém, era cotidiano em outros modelos institucionais, especialmente em asilos para tuberculosos, manicômios e leprosários da época.

43

No caso dos manicômios e asilos para tuberculosos, vasta é a bibliografia que aborda o surgimento de diversas instituições que mais pareciam hotéis de luxo na Europa central, especialmente a partir da segunda metade do século XIX. O historiador alemão Henry Friedlander, por exemplo, analisou esse processo chamando a atenção para o fato de que essas instituições eram particulares e frequentadas por pessoas de alto poder aquisitivo.²⁹ Situadas, em sua maioria, nas cercanias de grandes e médias cidades, essas instituições eram vistas com muito apreço pelos endinheirados da época já que, por um lado ofereciam condições de vida satisfatórias a seus familiares enfermos, ao mesmo tempo em que dificultavam o contato desses enfermos com a sociedade, evitando constrangimentos de toda sorte. Ainda nos cabe constatar que esse modelo institucional também foi encontrado além dos limites europeus. No Brasil, por exemplo, vamos encontrar alguns exemplos desses asilos e manicômios elitizados, sobretudo na época imperial, especialmente nas regiões serranas de nosso país.

Nos leprosários, porém, essa problemática seria observada de maneira bem mais tensa. Isolar portadores de lepra³⁰ sempre foi uma prática referendada pela sociedade que, em função do medo causado pela enfermidade e pelas poucas perspectivas profiláticas a ela relacionadas, não via alternativa contra o alastramento do – posteriormente denominado – Mal de Hansen. Na virada dos séculos XIX e XX, contudo, esse isolamento ganharia novos predicados. Na época áurea da bacteriologia, quando importantes conhecimentos acerca de várias enfermidades eram desenvolvidos, a lepra continuava sendo uma grande incógnita. Apesar de seu agente etiológico ter sido oficialmente descoberto na década de 1880, em uma querela envolvendo o alemão Albert Neisser e o norueguês Armauer Hansen, perguntas sobre a forma de transmissão da lepra, por exemplo, permanecem até os dias atuais sem respostas claras.³¹

Nesse contexto incerto, diversas e dicotômicas eram as atuações nos planos científico e político contra a enfermidade. Na tentativa de homogeneizar essas práticas, o governo alemão conclamou em 1897 autoridades científicas e políticas de 155 países para a I Conferência Internacional de Lepra de Berlim. A magnitude do encontro, assim como a atenção a ele dispensada pela sociedade e pela imprensa mundiais, tornou tensa a atmosfera entre os cientistas participantes, sedentos pela proposição de soluções globais para um problema tão sério e, conseqüentemente, pela sua vinculação pessoal eterna com tais soluções.³²

44

Resumidamente, é possível identificar a liderança ideológica vinda da Noruega e da Alemanha, na proposição de medidas efetivas de combate à lepra no encontro. O Estado norueguês foi o primeiro a compreender a lepra como uma responsabilidade sua ainda na primeira metade do século XIX. Além da construção de leprosários, o Estado desenvolveu toda uma argumentação científicista no sentido de conscientizar o próprio doente a se internar, se comprometendo a, baseado em pujantes investimentos técnicos na área de medicina e bacteriologia, desenvolver rapidamente um tratamento eficaz contra a enfermidade, possibilitando o retorno dessas pessoas aos lares. Uma vez isolados, os leprosos experimentaram uma realidade bem menos colorida, sendo abandonados à própria sorte nessas instituições, falecendo rapidamente de inanição, infecções e diversas outras enfermidades. Em um âmbito mais geral, a saúde pública do país sofreu transformações, de fato, bastante significativas nesse período. Grandes investimentos na melhoria das condições sanitárias, especialmente da população rural, e a descentralização da atuação estatal na saúde foram os pilares dessa política, até os dias atuais ainda compreendidas como de vanguarda e acima de qualquer suspeita. Apoiando-se apenas na divulgação do caráter democrático e social dessas medidas, o governo norueguês conseguiu manter no limbo a realidade experimentada por seus leprosos. Na Conferência Internacional de Berlim, o norueguês Armauer Hansen, principal figura científica vinculada à lepra até hoje, apresentou os dados epidemiológicos da doença desde o início dessa política pública. Segundo esses dados, na década de 1850 eram encontrados cerca de três mil leprosos no país, um número assustadoramente superior aos pouco mais de sessenta encontrados naquele ano de 1897, dando a impressão de que os doentes tinham se curado. Segundo a retórica de Hansen, essa impactante diminuição teria sido fruto “da astúcia do governo em empreender um isolamento compulsório para os leprosos”, e que “essa deveria ser a atitude de qualquer governo que quisesse se ver livre da lepra”. Apenas em uma das discussões, citada nos anais do encontro, Hansen menciona como essa diminuição no número de casos foi possível, em um período de completa esterilidade profilática da doença:

*Aconteceram tantas outras doenças, tantas outras infecções, que os doentes morriam nesses leprosários muito antes do que se estivessem ficado em casa. Isso se trata de problema exclusivamente sanitário, nenhum acidente, mas bonito e humano não foi.*³³

Para Hansen, enfim, o importante era fazer com que os presentes ao encontro internacional levassem consigo a ideia do isolamento compulsório como solução para o combate à lepra. Para os representantes científicos e políticos presentes, por sua vez, o discurso do norueguês era um bálsamo, afinal, versava sobre tudo o que eles mais almejavam: alguma solução comprovadamente eficaz contra o problema.

A segunda proposta foi feita pela Alemanha, anfitriã do encontro, mas dividida academicamente entre as lideranças de Rudolf Virchow e Robert Koch. Afirmando que os governos dos países acometidos pela lepra de forma endêmica não seriam capazes de assumir, sozinhos, as despesas da construção e manutenção desses leprosários, os alemães propunham o isolamento apenas para os casos comprovadamente contagiantes, além do desenvolvimento de mecanismos para que a sociedade dividisse com o Estado os custos desse projeto³⁴.

A seu favor, além dos números que já comprovavam seu sucesso, a proposta norueguesa tinha em Armauer Hansen um legitimador fundamental, contribuindo inegavelmente para sua aclamação em Berlim. Principal cientista vinculado à enfermidade naquela época, a voz de Hansen era sempre ouvida com atenção e respeito por onde passava, ainda que nem sempre fosse polida:

[...] nós conseguimos resultados realmente espetaculares na Noruega. Mas, se eles não forem suficientes para convencê-los, então façam como queiram. Se os senhores não quiserem seguir nosso exemplo, são [...] idiotas (sic!), e pessoas idiotas não merecem ser ajudadas.³⁵

Em linhas gerais, nos interessa dessa discussão apenas ressaltar que a proposta de Hansen legava oficialmente ao Estado o direito – e até mesmo o dever – de interceder no direito à liberdade de cidadãos que não se encaixavam em padrões – parcamente estabelecidos à época – de saúde-doença, abrindo precedentes bastante perigosos para o conturbado contexto político e social das primeiras décadas do século XX. Além disso, ainda resta-nos constatar que Hansen não forneceu maiores detalhes sobre como essas instituições deveriam ser construídas, gerando apropriações das mais diversas, mundo afora.³⁶

De fato, o combate à lepra passou a ser concebido como responsabilidade do Estado a partir desse momento. A ele coube construir, de acordo com o que considerava mais apropriado, leprosários para o isolamento de leprosos de todas as classes sociais e com todos os tipos clínicos da doença. Contudo, passado um primeiro momento, observou-se que, assim como previa a proposta alemã, os governos não suportavam o fardo financeiro, especialmente da manutenção dessas instituições, fazendo com que a sociedade passasse a atuar no processo por meio das assim denominadas Associações de Combate à Lepra. Recolhendo doações dos “sadios”, esses grêmios atuaram na promoção de elementos socializantes no interior dos leprosários, com o objetivo, tanto de melhorar a condição de vida dos doentes ali internados como de evitar seu retorno à sociedade por meio de fugas, por exemplo. Assim, complexos esportivos, cinemas, teatros, e festividades em geral passaram a ser construídos e/ou organizados por essas associações.

No Brasil, por exemplo, tal atitude foi observada com bastante nitidez, encontrando na figura da escritora paulista Alice Tibiriça seu principal expoente. Vasta é a bibliografia que lida com o assunto contemporaneamente, fazendo menção à grande utilidade dessas associações na construção de um ambiente menos penoso para os milhares de doentes internados nos leprosários espalhados pelo país e salientando sua decisiva participação na manutenção dos doentes nessas instituições e na diminuição de seus custos operacionais.³⁷

O surgimento – e a atuação – dessas “associações” foi observado em todos os países onde a lepra era um problema de saúde pública, especialmente a partir da década de 1910, com grande incentivo político, social e institucional alemão. Desta feita, aos leprosários dessa primeira metade do século XX foi sendo agregada uma série de elementos socializantes nunca antes observados em instituições dessa estirpe (campos de futebol, cinemas, teatros etc.), financiadas pela sociedade sadia, seja por medo ou por piedade. Ainda que não tenha sido observada em proporções endêmicas ou epidêmicas na Europa central nesse período – como ocorrera, por exemplo, na época medieval –, a lepra era uma enfermidade de proporções globais. Os leprosários, por sua vez, eram instituições cuja “nova” realidade passou a ser conhecida e comungada por grande parte da população mundial daquela época.

Tal constatação nos faz observar com ainda mais interesse e atenção o filme *Der Führer schenkt den Juden eine Stadt*. Conclui-se, sem maiores dificuldades, que as autoridades nazistas pretendiam apresentar ao mundo um modelo institucional – e um modo de lidar com o doente/interno – já conhecido e promulgado globalmente, por meio de uma trama que uniu de maneira tênue ficção e realidade, entretenimento e manipulação.

Esse tipo de comparação institucional demanda certos cuidados metodológicos indispensáveis. Um leproso brasileiro, por exemplo, era bem distinto de Auschwitz, ainda que determinados elementos os unam enquanto instituições repressoras. O que pretendo salientar nesse estudo é, tão somente, a intenção de o governo nazista apresentar, pelo *Der Führer schenkt den Juden eine Stadt*, uma realidade institucional que era reconhecida e replicada no período, com a intenção de pintar com linhas não tão duras a realidade experimentada nos campos de trabalho alemães do período. Theresienstadt, campo onde a película foi produzida, era uma instituição peculiar e singularmente importante para o regime, conforme se discuti nesse trabalho. Seus internos viveram uma realidade consideravelmente diferente em comparação com os de Auschwitz, por exemplo. Contudo, seria temerário afirmar que eles viveram felizes pelo simples fato de assistirem a uma peça de teatro ou por visitarem uma biblioteca. O que se salienta neste trabalho é

a singularidade dos internos/atores do filme aqui analisado. Vivendo em um contexto institucional e psicológico tão inóspito, mas ao mesmo tempo relativamente agradável, graças às atividades socializantes disponíveis no local.

Essas atividades “socializantes” não eram totalmente desconhecidas do cotidiano institucional da grande maioria dos campos de trabalho nazistas. Em Auschwitz, por exemplo, também eram encontrados campos de futebol e até mesmo um zoológico. A diferença é que esses elementos foram idealizados para uso exclusivo das tropas e demais funcionários do campo, e não para os internos.³⁸

Em Theresienstadt, local das filmagens de *Der Führer schenkt den Juden eine Stadt*, em função do caráter “especial” de seus internos, já anteriormente mencionado, tais atividades faziam parte do cotidiano dos internos, sobretudo nos primeiros anos da década de 1940.³⁹ A grande questão a ser levantada é a intenção do filme em promulgar a ideia de que tal realidade era comum para todos os internos/prisioneiros dos campos de trabalho nazistas.

Produzido nos últimos meses do conflito mundial, *Hitler constrói uma cidade aos judeus* pode ser considerado como uma tentativa desesperada das autoridades nazistas em apresentar como sua uma realidade institucional conhecida pelo mundo inteiro naquele período, seja pelo exemplo de manicômios ou de leprosários, especialmente. Como ressaltado anteriormente, torna-se espinhosa a tarefa de mensurar a receptividade e o impacto dessa película na opinião pública mundial da época, já que ela não teve a distribuição almejada pelos nazistas, e chegou às salas de cinema pouco tempo antes do término do conflito. Ainda pouco abordado, especialmente pela literatura não alemã, o filme abre novas perspectivas de análise sobre um período nebuloso de nossa história contemporânea, ainda que exista uma considerável produção artística – inclusive cinematográfica – sobre os campos de concentração.

Os campos de concentração nazistas não foram instituições pensadas desde o início para exterminar mais de seis milhões de seres humanos. Longo caminho político, cultural, retórico, institucional, científico etc. foi percorrido, por uma sociedade em ebulição, até que isso acontecesse. A nós, historiadores, cabe a tarefa de apresentar elementos que permitam uma melhor visualização desses caminhos. Por meio do olhar de *Der Führer schenkt den Juden eine Stadt* é possível ver muito mais do que uma simples tentativa de mascarar a dramática realidade vivida em campos como *Auschwitz* ou *Buchenwald*. Do filme apreende-se uma série de elementos científicos e institucionais caros ao período e, acima de tudo, uma visão de ser humano singular, cada vez mais objeto da ação e da vontade de um Estado que, segundo noções nem sempre claras, definia modelos e critérios para sua vida em sociedade.

Do ponto de vista artístico, é possível afirmar que essa película representa com maestria a decadência do cinema nazista, tão rico na década de 1930 e tão descaracterizado na década posterior. As reflexões suscitadas por ela permanecem, contudo, bastante atuais. O isolamento de seres humanos, assim como a realidade de muitas instituições de isolamento compulsório mundo afora, ainda é tema recorrente na imprensa de nosso tempo, despertando curiosidade e revolta. O principal legado de *Der Führer schenkt den Juden eine Stad* é a falácia singular que apresenta. Vimos aqui, porém, com o exemplo da política pública norueguesa contra a lepra, que mentir sobre a realidade vivida dentro de instituições de isolamento compulsório não era exclusividade nazista.

A surpresa e o estarecimento mundial para com a realidade dos campos de concentração, trazidos ao público em geral com o fim da Segunda Guerra Mundial, foram, de fato, inestimáveis, e serviram de motor para uma série de produções intelectuais e artísticas que tentaram e ainda tentam compreendê-la. Por ser uma “fonte primária” nesse processo, *Hitler constrói uma cidade aos judeus* oferece elementos de análise caros ao historiador da Ciência. Torna-se possível não justificar tais atos, mas compreender com um pouco mais de lucidez como uma realidade tão singular se formou debaixo dos narizes de milhões de pessoas, justificada por meio de preceitos e argumentos científicos. O debate ético suscitado em quem “faz” Ciência a partir do nacional-socialismo permanece atual e profícuo, tornando a reflexão sobre a atividade científica que desenvolvemos mais do que uma simples atividade contingencial, mas uma necessidade contínua, ininterrupta.

Notas e referências bibliográficas

Reinaldo Guilherme Bechler é graduado em História pela UFMG e doutor em História Contemporânea pela Julius-Maximilians-Universität Würzburg. Trabalha atualmente como professor visitante da Faculdade de Educação da UFMG, atuando na Diretoria de Divulgação Científica da Pró-Reitoria de Extensão dessa universidade.

- 1 O termo *Konzentrationslager* (campo de concentração) passou a designar o conjunto institucional nazista apenas após o término do conflito.
- 2 FERRO, Marc. *Cinema e história*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992. p. 73.
- 3 KREIMER, K. *Die UFA-Story: Geschichte eines Filmkonzerns*. München: Karl Hanser Verlag, 1992.
- 4 KRACAUER, Siegfried. *De Caligari a Hitler: uma história psicológica do cinema alemão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- 5 Ibid.
- 6 ALBRECHT, Gerd. *Nationalsozialistische filmpolitik*. Stuttgart: Enke, 1969.
- 7 Os dois eram internos da instituição e atores profissionais. Kurt Gerrón participou de alguns outros filmes como, por exemplo, *The blue angel*, com Marlene Dietrich.
- 8 Para mais detalhes sobre o processo de produção do filme, ver: STARKE, Käthe. *Der Führer schenkt den Juden eine Stadt: Bilder, Impressionen, Reportagen, Dokumente*. Berlin: Haude & Spener, 1977.
- 9 FEUß, Axel. *Das Theresienstadt Konvolut*. Hamburg: Dölling und Gallitz Verlag, 2002.
- 10 As atividades artísticas foram um importante marco da instituição. Friedl Dicker-Brandeis, por exemplo, improvisou aulas de pintura para crianças do campo. Essa atividade resultou na produção de cerca de quatro mil pinturas infantis que Dicker-Brandeis escondeu antes de ser deportado para Auschwitz. Não sendo encontrada pelos nazistas, a coleção acabou sendo descoberta no local mais de uma década depois. A maioria dessas obras pode ser vista atualmente no museu judeu, em Praga. Além disso, as crianças também foram responsáveis pela criação de contos e poemas, alguns dos quais foram preservados e publicados posteriormente em uma coleção intitulada *I never saw another butterfly*.
- 11 WLASCHEK, Rudolf. *Kunst und Kultur in Theresienstadt*. Eine Dokumentation in Bildern. Gerlinger: Bleicher Verlag, 2001.
- 12 Ibid., p. 72.
- 13 FEUß, op. cit., p. 49.
- 14 FEUß, op. cit., p. 49.
- 15 FEUß, op. cit., p. 163.
- 16 CORNWELL, John. *Os cientistas de Hitler*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2003. p. 75.
- 17 PROCTOR, Robert. *Racial hygiene: medicine under the Nazis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 13.
- 18 CORNWELL, op. cit., p. 76.
- 19 ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- 20 Mais sobre o assunto em: ALBUQUERQUE, Roberto Chacon de. A lei de prevenção de doenças hereditárias e o programa de eutanásia durante a Segunda Guerra Mundial. *Revista CEJ*, Brasília, ano XII, n. 40, p. 43-51, 2008.
- 21 KLEE, Ernest. *Dokumente zur Euthanasie im NS-Staat*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1995. p. 34.
- 22 SCHMIDT, Gerhardt. *Selektion in der Heilanstalt 1939-1945*. Berlin: Springer Verlag, 2012. p. 23.
- 23 *Zyklon B* é o nome comercial do ácido cianídrico, inicialmente empregado como um agrotóxico comum nas lavouras do país, mas que foi utilizado posteriormente nas câmaras de gás dos campos de concentração para o fim mencionado. Em decorrência do desenvolvimento de engenhosas técnicas químicas e de engenharia, nos últimos momentos dos campos, os internos não sobreviviam mais do que 20 segundos nessas câmaras. Mais sobre o assunto em: SEIPOLT, Harry. *Zwangssterilisation und NS-"Euthanasie" in der Region Aachen*. Aachen: Alano Herodot Verlag, 1995.
- 24 A relação entre a Igreja católica e o regime nacional-socialista é tratada de maneira parcimoniosa na obra de HUMMEL, Karl; KÖSTERS, Christoph (Org.). *Kirchen im Krieg 1939-1945*. Pardaborn: Schneider und Sohn Verlag, 2007.
- 25 Uma interessante análise sobre esses dados é feita por KLEE, Ernst. *Euthanasie im NS-Staat: die Vernichtung lebensunwerten Lebens*. Frankfurt am Main: S. Fischer, 1983.
- 26 WENDLING, Paul. *Epidemics and genocide in Eastern Europe, 1890 – 1945*. New York: Oxford University Press, 2000.
- 27 Para mais informações sobre o campo de Dachau, ver: ZÁMENÍK, Stanislav. *Das war Dachau*. Luxemburg: Saint-Paul Luxembourg s.a., 2002.
- 28 Uma interessante abordagem sobre a abrangência dessas instituições na sociedade europeia do período é feita em: GREGORY, Paul; LAZAREV, Valery. *The economics of forced labor – The soviet gulag*. Stanford: Hoover Institution Press, 2003.
- 29 FRIEDLANDER, Henry. *Der Weg zum NS-Genozid: von der Euthanasie zur Endlösung*. Berlin: Berlin Verlag, 2002.
- 30 Salienta-se aqui que o termo lepra foi substituído no Brasil para Hanseníase na década de 1970 por meio de lei federal. Objetivava-se tanto homenagear o médico norueguês Armauer Hansen, considerado o “descobridor” do agente etiológico da doença, como diminuir o estigma do qual a terminologia anterior era propulsora. Nesse trabalho utilizo o termo lepra, por ser essa a terminologia empregada no período histórico aqui abordado.
- 31 Armauer Hansen é considerado até hoje o “descobridor” da bactéria causadora da lepra. Estudos contemporâneos mostram, contudo, que outros cientistas também estiveram presentes na elaboração de conhecimentos sobre tal agente etiológico. Mais sobre o assunto em BECHLER, Reinaldo Guilherme. Hansen versus Neisser: controvérsias científicas na descoberta do bacilo da lepra. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, v. 19, n. 3, p. 815-842, 2012.
- 32 Sobre isso, ver BECHLER, Reinaldo Guilherme. Muito mais do que isolamento em questão: Ciência, poder e interesses em uma análise das duas primeiras Conferências Internacionais de Lepra – Berlim 1897 e Bergen 1909, Belo Horizonte *Temporalidades*, v.1, n. 2, p. 175-201, 2009.
- 33 I INTERNATIONALE LEPRÄ-KONFERENZ. *Die Isolierung der Aussätzigen und die dazu erfolgreichen Maassregeln*. p. 162.

- 34 BECHLER, Reinaldo Guilherme. Das colônias africanas ao terceiro reich: a atuação do governo alemão frente à lepra na segunda metade do século XIX e primeira metade do XX. *Locus Revista de História*, vol. 17, n. 1. p. 273-300, 2011.
- 35 I INTERNATIONALE LEPPRA-CONFERENCE, 1897, Berlin. *Die Isolierung der Aussätzigen und die dazu erforderlichen Maassregeln*. p. 165.
- 36 Para maiores informações sobre esse processo, ver BECHLER, Reinaldo Guilherme. *Leprabekämpfung und Zwangsisolierung im ausgehenden 19. und frühen 20. Jahrhundert: wissenschaftliche Diskussion und institutionelle Praxis*. Würzburg: Südwestdeutscher Verlag, 2011.
- 37 Sobre isso ver, especialmente, MIRANDA, Maria Augusta Tibirica. *Alice Tibirica: lutas e ideais*. Rio de Janeiro: PLG-Comunicação, 1980.
- 38 Ver: STEINBACHER, Sybille. *Auschwitz: Geschichte und Nachgeschichte*. München: C. H. Beck Verlag, 2004; KIELAR, Wieslaw. *Fünf Jahre Auschwitz*. Frankfurt am Main: Fischer Verlag, 2007.
- 39 Não me foi possível chegar a uma conclusão, com base na bibliografia analisada sobre o campo de Theresienstadt, sobre a realidade dos internos nos meses que antecederam a filmagem. O que se tornou patente foi a relativa tranquilidade institucional vivida pelos internos nos primeiros anos do conflito. Sobre isso ver, sobretudo, WLASCHEK, op. cit., p. 132.

[Recebido em Dezembro de 2011. Aprovado para publicação em Janeiro de 2013]